

## Agricultura Familiar em Debate

Análise do Meio Rural nas Mesorregiões Norte e Jequitinhonha do Estado de Minas Gerais

Vinicius de Souza Moreira<sup>1</sup>  
Suely de Fátima Ramos Silveira<sup>2</sup>  
Myriam Marta Soares de Mello<sup>3</sup>  
Rosimere Miranda Fortini<sup>4</sup>

### Resumo

---

O objetivo do estudo foi analisar se os espaços de diálogo, envolvidos nas discussões tratadas pela agricultura familiar das Regiões Norte e Jequitinhonha do Estado de Minas Gerais, são canais promotores de efetiva participação e controle social ante as esferas locais de poder. Fez-se uso da observação não participante em reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), além de entrevistas semiestruturadas com representantes de associações de produtores rurais, técnicos da Emater-MG e gestores locais. As considerações desta pesquisa apontam para (i) identificação do respeito às diferenças, (ii) intercâmbio de ideias e (iii) a necessidade de convergir os interesses dos atores envolvidos em prol do desenvolvimento sustentável das regiões estudadas, para que o processo de construção da participação e controle social possa ser efetivado.

**Palavras-chave:** Participação social. Controle social. Agricultura familiar.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mestre e Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). [vinicius.souza@ufv.br](mailto:vinicius.souza@ufv.br)

<sup>2</sup> Doutora em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP). Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Bolsista de Produtividade do CNPq. Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Viçosa (UFV). [sramos@ufv.br](mailto:sramos@ufv.br)

<sup>3</sup> Mestranda em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Viçosa. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). [myriam\\_mello@yahoo.com.br](mailto:myriam_mello@yahoo.com.br)

<sup>4</sup> Mestranda em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). [rosifortini@gmail.com](mailto:rosifortini@gmail.com)

## **FAMILY AGRICULTURE IN DEBATE: ANALYSIS OF RURAL AREAS IN MESOREGIONS NORTE AND JEQUITINHONHA OF MINAS GERAIS (BRAZIL)**

### **Abstract**

---

The aim of the study was to analyze whether for dialogue, involved in the discussions dealt with by family farmers in the North and Jequitinhonha regions of the state of Minas Gerais, are effective promoters channels social participation and front control to local spheres of power. Made use of non-participant observation at meetings of the City Council for Sustainable Rural Development (CMDRS) and Enterprise Technical Assistance and Rural Extension of the State of Minas Gerais (Emater-MG), and semi-structured interviews with representatives of associations of farmers, technicians Emater-MG and local managers. The considerations of this study point to (i) identification of respect for differences, (ii) exchange of ideas and (iii) the need to converge the interests of the actors involved in sustainable development of the regions studied, so that the process of building participation and social control can be effected.

**Keywords:** Social participation. Social control. Family farming.

A crescente preocupação com a redução da pobreza, a melhoria na distribuição de renda e o respeito aos direitos dos cidadãos, é uma tendência da sociedade atual (Buainain, 2006) que se torna mais latente no meio rural brasileiro, caracterizado por possuir maior proporção de pessoas que vivem em situação de pobreza em suas variadas formas e dimensões. O que torna as áreas rurais mais pobres que as urbanas é o menor acesso aos recursos financeiros, físicos, humanos e, possivelmente, ao capital social (Kageyama, 2008).

Os agricultores familiares foram fragilizados pelas dificuldades de acesso aos mercados agrícola e financeiro, o que representou restrições ao desenvolvimento deste segmento da agricultura brasileira. Minas Gerais é o segundo Estado brasileiro que possui maior número de estabelecimentos rurais enquadrados como familiares, com 437.415 estabelecimentos que somam 11% da área nacional ocupada por este segmento (França; Del Grossi; Marques, 2009). Destaca-se, neste sentido, duas regiões do Estado que abrigam significativo número de agricultores familiares em situação de pobreza, as Regiões Norte de Minas e Jequitinhonha.

A Região Norte de Minas representa aproximadamente 22% do território mineiro. Possui grande diversidade física, social e econômica, com clima semiárido, temperaturas elevadas, chuvas irregulares, com longos períodos secos e as chuvas concentram-se em poucos meses do ano (Costa; Ruas; Pereira, 2010).

O Jequitinhonha está situado geograficamente no Nordeste de Minas Gerais, ocupando 14,5% da área do Estado. Esta região também sofre com a seca e há o predomínio da vegetação de cerrado e caatinga (Costa; Ruas; Pereira, 2010).

Convém ressaltar que as Regiões Norte e Jequitinhonha apresentam baixos indicadores socioeconômicos: ambas possuem um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) (0,625 e 0,616, respectivamente, e a média do Estado é 0,667), e estão entre as menores participações no

Produto Interno Bruto de todo o Estado (4% e 1%, respectivamente). Outro destaque é que, mais de dois terços da população do Jequitinhonha reside na zona rural (Instituto..., 2010).

Tendo em vista a importância do fomento às atividades rurais, bem como a necessidade de intervenções com o intuito de combate à pobreza e promoção de desenvolvimento sustentável, uma série de iniciativas do governo federal do Brasil foi instituída, a partir dos anos 90, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pro-naf), e nos anos 2000 para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ações como o Bolsa Estiagem e o Garantia Safra.

No âmbito de atuação destes programas, canais de diálogo são instaurados para que os atores envolvidos possam discutir e debater sobre as principais decisões que envolvem os interesses deste segmento rural. Destaca-se, assim, espaços e eventos como os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), as reuniões periódicas promovidas pelos técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG) e agentes financeiros operacionalizadores destes programas, e os encontros realizados pelas Associações de Produtores Rurais em suas sedes próprias ou em Sindicatos dos Produtores Rurais.

Assim, tendo em vista este cenário, estabeleceu-se a seguinte questão de pesquisa: Estes espaços de diálogo são canais promotores de efetiva participação social e controle social? Para responder a este questionamento, o objetivo do estudo foi analisar se os referidos espaços são capazes de promover a efetiva participação dos agricultores familiares ante as esferas locais de poder.

Além desta parte introdutória, o artigo encontra-se dividido em: referencial teórico, abordando os principais aspectos da literatura sobre participação e controle social; procedimentos metodológicos, indicando

o percurso adotado para cumprimento do objetivo de pesquisa; análise e interpretação dos resultados; e, para finalizar, as considerações gerais sobre os achados do estudo e as referências bibliográficas consultadas.

## Referencial Teórico

Esta seção, subdividida em dois tópicos, vislumbra apresentar os temas participação e controle social, suas origens, vertentes e a inter-relação com o meio rural brasileiro.

### ***Participação e Controle Social: breve incursão em suas raízes e ramificações***

Um momento importante na História da política nacional e que permite um desenho inicial para associar o envolvimento da sociedade civil nas decisões governamentais, é o período da ditadura militar, que perdurou no país por mais de duas décadas – de 1964 até 1985.

Nesta fase, houve o predomínio da rigidez do governo militar, com destaque para a censura aos meios de comunicação e expressões artísticas, repressão aos movimentos sociais e manifestações de oposição, e eclosão do “milagre econômico”, quando ocorreu o forte crescimento da economia (entre 1969 a 1973) com altos investimentos em infraestrutura e consequente aumento da dívida externa (Silva, 2006).

No decorrer do período ditatorial, mais especificamente em meados da década de 70, o cenário econômico nacional, influenciado pelo contexto internacional de crise, enfraqueceu-se, ocasionando, assim, a perda de suas principais fontes de apoio, como as camadas médias e os grandes beneficiários do projeto desenvolvimentista – a alta burguesia brasileira (Franco, 2007).

Além disso, em linearidade com este período de crise, intensificou-se a mobilização da sociedade civil em organizações, movimentos e associações formadas por atores de diversos segmentos da sociedade, tais como os setores progressistas da Igreja Católica nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) (Paes de Paula, 2005), da Universidade e da comunidade acadêmica, do sindicalismo, do multifacetado universo dos movimentos populares e dos novos movimentos sociais (Franco, 2007).

No início da década de 80, tendo em vista a busca por romper com o estado totalitário, essas experiências populares ganham força e notoriedade no país atingindo seu auge em 1985, quando da elaboração da Constituinte, e “diferentes forças políticas ofereciam suas propostas para formular um novo referencial das relações entre Estado e sociedade, cada qual fundamentada na sua visão de como deveria ser a construção da democracia no Brasil” (Paes de Paula, 2005, p. 39).

Este processo de democratização resultou na promulgação, em 1988, da Constituição Federal, conhecida como “Constituição Cidadã”, e na realização da primeira eleição presidencial concretizada de forma direta, em 1989.

A Constituição Federal de 1988 reafirmou importantes instrumentos rumo à democracia com destaque para a institucionalização da participação social. A descentralização do poder federativo e a abertura do diálogo entre Estado e sociedade se desenvolveu e expandiu e, em decorrência disso, os municípios brasileiros ganharam maior autonomia no que se refere, principalmente, às políticas locais (Avritzer, 2007).

Além de institucionalizar a participação social, a Constituição pontua e assegura a formação de espaços para a participação popular ampliada e a existência de instituições híbridas que envolvem o compartilhamento de processos deliberativos entre os atores estatais e atores sociais (Avritzer; Pereira, 2005). Os principais instrumentos de participação social em âmbito municipal, estadual e federal formalizados pela Constituição, são os Conselhos, Planos Diretores, Orçamentos Participativos e Conferências.

Este contexto fez emergir, também, a noção do controle das ações estatais pela sociedade. Por controle social, em sua aplicação ao contexto político, entende-se que representa um conjunto de meios de intervenção que, acionados por grupos sociais, possibilitam confrontar, controlar e fiscalizar o sistema de normas em uma sociedade (Bobbio, 2008; Fonseca; Beuttenmuller, 2007). O controle social ante a ação do Estado, em uma perspectiva da democratização dos processos decisórios, possibilita a construção de uma cidadania participativa (Barros, 1998).

Dessa forma, a participação popular ou controle social são as múltiplas ações que diferentes forças sociais desenvolvem para influenciar a formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas e/ou serviços básicos na área social (Valla; Carvalho; Assis, 1993). Assim, a existência de mecanismos que têm por características consultar e/ou deliberar, fiscalizar e mediar as ações governamentais, figura-se como importante meio para transmitir os interesses de grupos politicamente organizados para a esfera pública (Fonseca; Beuttenmuller, 2007).

Assim sendo, são utilizados no cenário da gestão pública modelos que vislumbram a participação social como aspecto essencial para o sucesso de programas e políticas públicas, que é caso do modelo democrático-participativo que enfatiza a importância da participação social no processo político (Silva; Reis; Ferreira, 2014).

Esse modelo tem por trás os ideais de democracia deliberativa, cujo principal expoente é Jürgen Habermas. O referido estudioso refere-se ao modelo de “política deliberativa” como sendo procedimentalista, uma vez que tem alicerces nas condições de comunicação sob as quais o processo político supõe-se capaz de alcançar resultados racionais, justamente por cumprir-se, em todo o seu alcance, de modo deliberativo (Costa, 2009). Além disso, Habermas considera que os cidadãos são movidos por um conjunto de capacidades comunicativas capaz de fazê-los reconhecer uns aos outros na esfera política como iguais, para que, assim, possam realizar conjuntamente as condições de liberdade ou autorrealização, por meio dos processos de deliberação e ação (Habermas, 1995).

Outro olhar sobre a democracia deliberativa é trazido por Bobbio (2006), ao comentar que se trata de uma situação ideal na qual as decisões públicas são tomadas mediante a discussão entre os cidadãos interessados. Ainda conforme argumentos do autor, o processo é centrado na argumentação, ou seja, é a partir do diálogo que as preferências dos participantes se modificam por meio do uso de argumentos imparciais sobre a questão comum em debate.

Esse modelo aproxima-se da proposição de Luchmann (2002), ao considerar que a democracia deliberativa ou participativa articula participação social em condições de igualdade e liberdade, processos de decisão advindos de uma discussão coletiva e pública, condições de pluralismo e busca pela promoção da justiça social.

Embora a participação social possa auxiliar o Estado no alcance do bem-estar da sociedade, existem desafios para sua consolidação, como, por exemplo, a recusa do Estado em partilhar o poder de decisão, a carência de recursos e de infraestrutura para o adequado funcionamento destes espaços (Tatagiba, 2002) e a subordinação de participantes perante as orientações para decisão de propostas dos órgãos gestores (Silva, 2007).

Wildhagen e Nascimento (2014) acrescentam que é necessário conhecer o quão efetivamente as pessoas influenciam nas tomadas de decisão e dispõem de condições para tanto, pois a participação pode ser apenas simbólica, não interferindo nas deliberações e ações mais importantes.

Acredita-se que não basta somente instituir a participação social, é necessária a criação de mecanismos que facilitem e promovam a instalação de processos efetivos de deliberação participativa e democrática, para que todos os participantes tenham acesso às decisões que os afetam direta ou indiretamente (Chassot et al., 2014).

Diante disso, com base nas interpretações de Colin (2002, p. 170) e Tatagiba (2002) é de conveniência demarcar dois enfoques da participação: um de viés neoliberal, quando o Estado é descomprometido nas ações



participativas, atuando, assim, no repasse dos serviços para a sociedade; e o outro, mais próximo do viés democrático, “com cunho pedagógico e inclusivo, como pré-condição para a cidadania”.

### ***Espaços de Participação e Controle Social no meio Rural***

Os espaços de participação e controle social podem assumir diferentes formatos, como consultas públicas, comitês, assembleias, conferências municipais, câmaras setoriais, fóruns, orçamentos participativos e diferentes tipos de conselhos gestores de políticas públicas (Dagnino, 2002).

No que diz respeito ao meio rural, destaca-se a instauração do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), pelo Decreto nº 3.508, de 14 de junho de 2000.

O CMDRS é um órgão colegiado de caráter permanente, consultivo, fiscalizador e deliberativo, que pode ser constituído por representantes do Poder Público Municipal, Organizações Não Governamentais, Sindicatos, Conselhos Municipais afetos à área rural, Empresas de Assistência Técnica (pública ou privada), agricultores familiares e demais entes da sociedade civil. No Quadro 1 visualiza-se as funções desempenhadas pelo CMDRS.

Quadro 1 – Funções desempenhadas CMDRS

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO
Função fiscalizadora	Refere-se ao acompanhamento e controle sobre os atos praticados pelos governantes.
Função mobilizadora	Diz respeito ao estímulo à participação popular na gestão pública e suas contribuições para a elaboração e disseminação de estratégias de informação sobre as políticas públicas.
Função deliberativa	Refere-se à possibilidade de os conselhos decidirem quanto à estratégias utilizadas nas políticas públicas.
Função consultiva	Está relacionada à emissão de opiniões e sugestões aos assuntos de sua competência.

Fonte: Brasil (2010, p. 21).

Estas funções corroboram com as analisadas por Kleba et al. (2010), em seu estudo sobre os Conselhos Municipais de Chapecó (Santa Catarina – SC) no que respeita às atribuições dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas e sua efetivação.

Outro espaço comumente encontrado no meio rural brasileiro são as associações de produtores rurais. Segundo o Manual de Orientação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, estas associações são um tipo de organização civil, constituída de produtores rurais e suas famílias, com o objetivo de dinamizar o processo produtivo rural desenvolvendo ações em benefício da comunidade por eles constituída. Trata-se de uma sociedade sem fins lucrativos cujo funcionamento é regido por um Estatuto Social e deve ser registrada em cartório, no Cadastro Geral de Contribuinte da Receita Federal, na Prefeitura e no Instituto Nacional de Seguridade Social (Brasil, 2009).

Convém destacar, também, a existência de espaços informais de participação, como reuniões nos Sindicatos de Produtores Rurais, as visitas e reuniões com a participação de técnicos da Emater-MG e agências financeiras operacionalizadoras de programas públicos federais. Estes outros espaços, embora não institucionalizados em legislações específicas, apresentam seu funcionamento operante e legitimado pelos sujeitos circunscritos em seu âmbito, além de trazerem uma pluralidade de informações, anseios e expectativas dos agricultores familiares.

Esses espaços de diálogo possuem suas regras de funcionamento. Tais preceitos podem ser definidos como as instituições que nortearão as estratégias para tomada de decisão e ação sobre determinado recurso posto que essas instituições estão associadas a diferentes níveis de ação – constitucional, coletivo e operacional – e são estabelecidas em situações diversas, ou seja, em diferentes arenas de interação, sejam elas formais ou informais (Ostrom, 1990).

Assim, espera-se que estes espaços permitam a seus participantes compreenderem o sistema de funcionamento e aprenderem com as discussões levantadas. Nessa perspectiva, existe uma abordagem que sugere analisar estes espaços como plataformas multiatores, quando diversos atores se propõem, por meio do diálogo, a solucionar suas diferenças (Warner, 2005). O ator, em determinada situação, pode ser um único indivíduo ou um grupo, funcionando como um ator corporativo (Ostrom, 2007).

O funcionamento dessas plataformas permite surgir a ideia da aprendizagem social, isto é, o conhecimento gerado por grupos, comunidades ou redes organizadas para solucionar problemas em seus respectivos contextos de atuação (Wildemeersch, 2009).

Considera-se, com isso, que o diálogo e a interação, quando em constante processo, podem proporcionar meios para o aparecimento de novas ideias e ações coletivas (Jacobi, 2003).

## **Procedimentos Metodológicos**

Os procedimentos metodológicos visam a conduzir o estudo à consecução de seus objetivos. Assim, amparados pela literatura estudada e pelos métodos escolhidos, esta seção caracteriza a pesquisa e indica o percurso adotado pelos autores.

### ***Caracterização da Pesquisa***

O presente estudo é caracterizado como qualitativo. Este enfoque foi adotado, porque (i) os ambientes estudados e os indivíduos foram as fontes diretas dos dados; (ii) fez-se uso da pesquisa descritiva, e os elementos ambientais e humanos foram analisados holisticamente, tendo em vista a

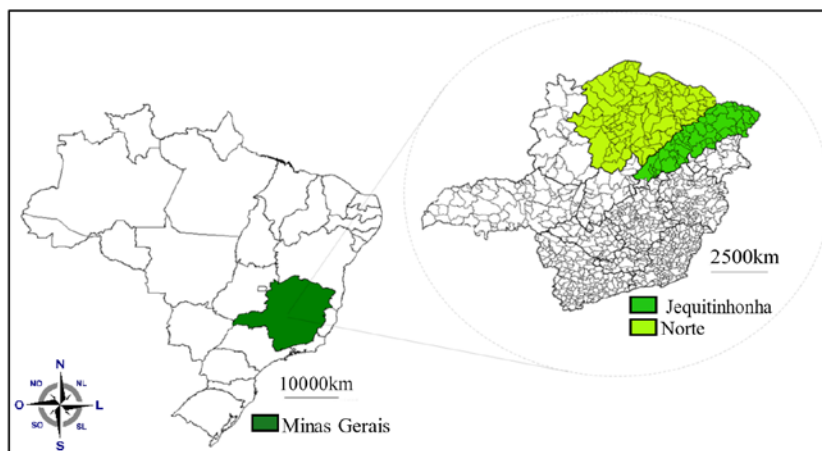
intenção de investigar como a participação e o controle social manifestam-se nos espaços de diálogo; e (iii) buscou-se compreender o fenômeno aqui estudado a partir da perspectiva dos participantes (Godoy, 1995).

### ***Os Locais de Estudo***

O estudo foi realizado em Minas Gerais, o segundo mais populoso entre os 27 Estados federativos do Brasil. Estabeleceu-se como foco duas mesorregiões do Estado: Norte e Jequitinhonha, conforme ilustrado na Figura 1.

A escolha destas regiões deu-se pelo fato de tais territórios figurarem-se nos mais baixos níveis dos indicadores socioeconômicos de Minas Gerais. Acrescenta-se que o Norte de Minas possui o maior percentual de estabelecimentos da agricultura familiar do Estado, com 17,77%, e o Jequitinhonha o quinto maior percentual, com 9,51%. Somadas, essas regiões abrigam 119.312 estabelecimentos rurais familiares (Minas Gerais, 2014).

Figura 1 – Locais de estudo



Fonte: Elaborada pelos autores.

## ***Coleta e Análise de Dados***

Os dados coletados foram de natureza primária e secundária. Para os secundários, fez-se uso da pesquisa documental, de modo a obter informações sobre a legislação vigente a respeito dos Conselhos Gestores e Associações de Produtores Rurais. Esta técnica refere-se ao uso de materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (Gil, 2008).

Para a coleta de dados primários foi-se a campo<sup>5</sup> para observar e compreender a realidade envolta nestes ambientes. Esta etapa ocorreu em dois momentos: o primeiro, via entrevistas com roteiros semiestruturados e o segundo por meio da observação não participante em reuniões e espaços de debate.

A entrevista com roteiro semiestruturado foi utilizada com a finalidade de obter dos entrevistados o sentido dado por eles a seus atos e ações. Esta técnica permite que o entrevistador siga um roteiro previamente elaborado (Lakatos; Marconi, 2003), mas possibilita, no decorrer da entrevista, a incorporação de elementos que emergirem de acordo com os rumos tomados pela conversa.

Nesse sentido, foram entrevistados três técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), duas lideranças locais, que são representantes das associações de produtores rurais, e um gestor municipal. Para cada um desses atores segue, no Quadro 2, breve descrição e localidade na qual atuam.

---

<sup>5</sup> A pesquisa de campo foi operacionalizada entre os meses de janeiro e fevereiro de 2014. Destaca-se que este estudo obteve a aprovação do Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa – CEP/UFV. Além disso, os entrevistados contribuíram de forma voluntária com a pesquisa, conforme expresso no Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

Quadro 2 – Atores entrevistados e descrição

ATOR	DESCRIÇÃO	LOCALIDADES	
		MUNICÍPIO	MESORREGIÃO
Técnicos da Emater-MG	Técnico responsável por prestar assistência técnica e promover a Extensão Rural aos agricultores familiares circunscritos no âmbito de atuação de sua unidade de atendimento.	Comercinho	Jequitinhonha
		Diamantina	Jequitinhonha
		Porteirinha	Norte de Minas
Líderes Locais	Líderes escolhidos e em cumprimento de mandato, conforme regimento estabelecido pelo Estatuto Social de cada associação de produtores rurais.	José Gonçalves de Minas	Jequitinhonha
		Salinas	Norte de Minas
Gestor Municipal	Vice-prefeito. Auxilia na administração municipal, discutindo e definindo em conjunto, com o prefeito e seus secretários, as melhorias para o município.	Comercinho	Jequitinhonha

Fonte: elaborado pelos autores.

As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. Este processo permitiu a reprodução exata dos depoimentos, além de auxiliar para que os pesquisadores tivessem a condição de serem espectadores atentos à fala dos entrevistados.

A *observação não participante* foi utilizada com o intuito de inserir os pesquisadores nos ambientes analisados para compreensão da dinâmica e funcionamento dos espaços de debate, além de complementar as informações obtidas nas entrevistas. Destaca-se que os participantes não interviram na situação observada. Esta técnica prevê que o pesquisador atue como espectador atento ao que esteja acontecendo, tendo como base os objetivos da pesquisa e um roteiro de investigação (Godoy, 2006).

As observações ocorreram em uma reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (na cidade de Diamantina/Jequitinhonha), e em três reuniões entre a Emater-MG e as agências financeiras operacionalizadoras de programas públicos federais (nas cidades de Coronel Murta/Jequitinhonha, Ibiracatu/Norte de Minas e Campo Azul/Norte de Minas).

Para tratamento das informações empregou-se a Análise de Conteúdo. Bardin (2009, p. 40) conceitua esse método como “conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”, de forma que o pesquisador possa inferir sobre o emissor da mensagem ou sobre seu meio.

Foram adotadas, com isso, as etapas indicadas pela autora que compreendem (i) a *pré-análise* (das entrevistas e todo o material reunido); (ii) a *exploração* ou *análise do material* (que faz uso de técnica de categorização); e (iii) o *tratamento dos resultados, inferência e interpretação*.

As categorias analisadas foram estabelecidas *a posteriori* com base nos referenciais teórico-analíticos que embasaram a construção do estudo. No Quadro 3 explicam-se as categorias e suas respectivas subcategorias, descrição e referencial adotado.

Quadro 3 – Categorias Analíticas

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	DESCRIÇÃO	REFERENCIAL
Espaços de diálogo	Formais	Tem o intuito de compreender a formação e composição dos espaços de diálogo, bem como a forma pela qual ocorrem as discussões e o processo de aprendizagem.	Jacobi (2003)
	Informais		Ostrom (1990)
	Finalidade da discussão		Wildemeersch (2009)
	Aprendizagem		Warner (2005)
Atores	Papéis	Busca-se identificar qual o papel desempenhado por determinado ator bem como sua influência no respectivo espaço que faz parte.	Ostrom (2007) Warner (2005) Wildemeersch (2009)
Participação e Controle Social	Fiscalização	Pretende analisar as atribuições do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e sua efetivação quanto à participação e o controle social.	Brasil (2010)
	Mobilização		Colin (2002)
	Deliberação		Kleba et al. (2010)
	Consulta		Tatagiba (2002)

Fonte: Elaborado pelos autores. Para manter o sigilo dos participantes entrevistados, bem como daqueles observados a participação nos espaços de debate, adotou-se uma nomenclatura para designação ao longo do texto. A ordem de numeração seguirá a sequência de apresentação, de acordo com o Quadro 4.

Quadro 4 – Participantes, forma de abordagem e designação ao longo do texto

PARTICIPANTES	FORMA DE ABORDAGEM	DESIGNAÇÃO
Técnicos da Emater-MG	Entrevista	T <sub>1</sub> , T <sub>2</sub> , T <sub>3</sub>
Lideranças Locais	Entrevista	L <sub>1</sub> e L <sub>2</sub>
Gestor Municipal	Entrevista	G <sub>1</sub>
Conselheiros do CMDRS	Observação	C <sub>1</sub> a C <sub>10</sub>
Presidente do CMDRS	Observação	P <sub>1</sub>
Representante Municipal no CMDRS	Observação	RM <sub>1</sub>
Agricultores Familiares	Observação	AF <sub>1</sub> a AF <sub>5</sub>

Fonte: Elaborado pelos autores.

## Análise e Interpretação dos Resultados

Para melhor encadeamento do texto e compreensão das análises, esta seção subdivide-se de acordo com as categorias estabelecidas. Assim, inicia-se com (i) os espaços de diálogo, (ii) atores e (iii) participação e controle social.

### *Os Espaços de Diálogo*

Buscou-se, inicialmente, compreender como estes espaços de debate estão organizados. Para tanto, eles foram classificados como *formais* e *informais*.

Os *formais* são aqueles instituídos por meio de legislação – como é o caso do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – ou pelo estabelecimento de um Estatuto Social interno – a exemplo, as Associações de Produtores Rurais.



Os *informais*, por sua vez, não estão estabelecidos juridicamente, mas seu funcionamento encontra-se legitimado pelos agricultores familiares participantes, como é o caso das reuniões realizadas entre agricultores e outros agentes afetos à área rural.

O CMDRS visitado pela pesquisa é formado por representantes governamentais (prefeitura e suas secretarias), entidades da sociedade civil (universidade, institutos, fundações, cidadãos) e entidades representativas dos agricultores familiares e de trabalhadores assalariados rurais (associações, sindicato e comunidades). Este espaço possui suas regras (regimento interno), com ações registradas e formalizadas, possuindo coordenação organizada com a definição de funções e cargos (presidente, diretores e conselheiros). As reuniões ocorrem mensalmente em um salão comunitário localizado no sindicato dos trabalhadores rurais.

As Associações de Produtores Rurais são sociedades civis sem fins lucrativos, constituídas pelos associados, pelo Conselho Diretor (diretoria) e pelo Comitê de Presidência. O que legaliza e rege seu funcionamento é o Estatuto Social internamente estabelecido. Este documento determina a denominação, sede, duração e objetivos da associação, assim como a admissão, desligamento ou exclusão dos associados, as atribuições da administração e como deve ser constituído o patrimônio e realizada a fiscalização das atividades.

Os espaços ditos informais eram constituídos, basicamente, pelos agricultores familiares, por lideranças comunitárias, pelos técnicos da Emater-MG e representantes das instituições financeiras responsáveis pela operacionalização de programas sociais do governo federal. Estes encontros não possuíam locais determinados para serem realizados. Normalmente, utilizavam o espaço da Emater-MG ou do sindicato dos trabalhadores rurais e, em algumas situações, a propriedade rural de agricultores familiares específicos.

É interessante destacar que tais reuniões ou eventos ocorriam sempre no período da manhã. Esta situação é explicada pelo fato do deslocamento dos agricultores familiares, pois quando as reuniões ocorriam na zona urbana era necessário retornar ao campo, e este trajeto, na maioria dos casos, não era facilitado. Assim, o horário diurno, aliado ao hábito de acordar cedo –

muito comum aos agricultores – era preterido, pois possibilitava participar da reunião e ainda retornar a tempo as suas respectivas comunidades e aos afazeres cotidianos nas propriedades.

As discussões tratavam de diversos assuntos, tais como preço dos principais produtos comercializados, infraestrutura rural, crédito agrícola, dentre outros. Destaca-se, todavia, que as temáticas envolviam a realidade da agricultura familiar da região convergindo para as necessidades deste segmento rural que, nestes espaços, fazem uso do diálogo para levantar suas carências, potencialidades e anseios.

A *finalidade das discussões*, nesta perspectiva, era (i) a disseminação de informações gerais, tais como prazos de pagamentos ou recebimento de benefícios; (ii) orientações acerca de técnicas de plantio, cuidados com o solo, criação de animais e culturas; (iii) a conscientização sobre aplicação do crédito agrícola, que é subsidiado por programas do governo federal; e (iv) ouvir, compreender e auxiliar na possível solução das demandas trazidas pelos agricultores familiares.

Nesta perspectiva, ao compartilhar experiências, em muitos casos comuns aos demais participantes, os agricultores familiares têm a oportunidade de *aprender e apreender* significativas informações, tanto de forma individual quanto coletiva. Ao trazer sua realidade, que pode ser, em determinada situação, semelhante à de outro, abre-se a possibilidade para o intercâmbio de ideias – sempre mediadas por um agente especializado e que compreende tecnicamente os problemas da região –, o que facilita o processo de *aprendizado coletivo*. Assim sendo, tais achados comungam-se com as discussões de Jacobi (2003) e Wildemeersch (2009), que argumentam sobre a possibilidade de o conhecimento gerado surtir no aparecimento de novas ideias e ações coletivas, via diálogo e interação entre os envolvidos, para solução de problemas ou entraves oriundos de determinada realidade social.

O espaço, seja ele formal ou informal, proporcionava a abertura para o diálogo. Em alguns momentos, a palavra era tomada pelo líder ou por aquele que detinha mais domínio dos conhecimentos, sejam técnicos, operacionais

ou da cultura local. O intercâmbio de saberes, todavia, era constante e o respeito para ouvir o que o outro tinha a dizer pode ser considerado uma das principais características dos atores envolvidos.

Não se nega que havia o desencontro de ideias, mas era respeitada a posição adotada pelos indivíduos. Esse atributo dos espaços tem a potencialidade de contribuir para que as discussões estejam centradas em seus objetivos e que não haja a iminência de conflitos, posto que o objetivo das discussões, embora divergentes em alguns pontos, tem o intuito de abarcar a realidade das famílias rurais ali circunscritas.

## **Os Atores**

Sem a presença de indivíduos, estes espaços – sejam os informais ou formais –, não teriam sentido. Logo, as pessoas que interagem e doam parte do seu tempo para o fomento ao debate figuram como elementos vitais destes espaços.

A participação dos membros se dá, normalmente, por meio do diálogo coletivo para a construção de objetivos comuns. Isto implica que a conduta de cada um influencia nos objetivos, ainda que em diferentes intensidades. Com isso, procurou-se compreender o *papel* desempenhado por agente e sua capacidade de *influenciar* os demais.

Os principais atores identificados foram: os representantes da administração pública municipal (prefeito, vice-prefeito e seus secretários); os técnicos da Emater-MG (extensionistas agropecuários), lideranças locais (presidentes das associações de produtores rurais), agentes financeiros de instituições operacionalizadoras de programas públicos federais e os próprios agricultores familiares.

Ao longo das observações e entrevistas foi possível, a partir do Quadro 5, elencar os atores seus papéis e principais influências, respectivamente. É válido comentar que todas as entrevistas foram realizadas com pessoas do gênero masculino. Foi possível perceber, porém, a figura da mulher agricultora participando das reuniões, inclusive fazendo valer sua voz, opiniões e demandas.

Quadro 5 – Atores e seus papéis nos espaços de discussão

ATOR	PAPEL	PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS
Representantes Governamentais	Responsáveis por representar a administração pública municipal nas arenas de debate. Seu papel é trazer informações do poder público para a sociedade e intermediar esse diálogo quando figuras, como o prefeito, não podem comparecer às reuniões.	Sua participação é dotada de força e influência política. Influencia na tramitação de processos de ação coletiva envolvendo o poder público e a sociedade civil. São potenciais articuladores do interesses das partes envolvidas.
Técnicos da Emater-MG	Responsáveis por acompanhar, orientar e supervisionar os principais aspectos técnicos de produção diretamente aos produtores rurais em suas unidades produtivas. Atua, também, como mobilizador dos agricultores familiares, além de conselheiro sobre ações e projetos.	Os técnicos da Emater-MG são os principais atores de confiança dos agricultores familiares. As principais dúvidas são sanadas após a explanação de seus comentários e opiniões. Os técnicos influenciam nas decisões dos agricultores.
Lideranças Locais	São responsáveis por supervisionar as atividades da associação de produtores rurais, convocar e presidir as reuniões da associação, representar os associados em reuniões e conselhos fora do âmbito da associação, analisar e aprovar os planos de atividades e respectivos orçamentos, estabelecer normas e orientar e controlar todas as atividades e serviços da associação.	As lideranças locais trazem em seu discurso as atenções à comunidade. Por representarem, em alguns casos, grandes comunidades de agricultores, seus debates mostram o poder de persuasão e a mobilização, trazendo para si a responsabilidade pelos liderados.
Agentes Financeiros	Responsáveis por instruir os agricultores familiares a respeito da concessão e aplicação de recursos monetários (crédito agrícola) subsidiado pelo governo federal aos agricultores familiares para fomento das atividades produtivas nos empreendimentos rurais da região.	Por representarem uma instituição financeira, estes agentes são portadores de informações decisivas nas vidas dos agricultores. Por isso, sua influência se dá no sentido de que são os responsáveis por indicar as principais exigências governamentais de concessão, aplicação e fiscalização do crédito agrícola. Pode influenciar na melhor aplicação do crédito, uma vez que suas orientações têm cunho pedagógico.
Agricultores Familiares	Representam os agricultores familiares pertencentes às associações de produtores rurais, mas que não exercem nenhum tipo de cargo diretivo ou função de orientação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Têm o papel de oferecer suporte e participar das discussões na busca por respostas ou informações sobre as demandas de suas comunidades.	Influenciam na escolha das lideranças locais, de modo a potencializar a eleição de determinado indivíduo; e na mobilização das demandas para levá-las ao conhecimento de suas lideranças.

Fonte: Resultados da pesquisa.

As análises apresentadas reforçam a ideia de que estes espaços são plataformas multiatores – conforme proposições de Warner (2005) –, uma vez que são constituídas por agentes individuais ou coletivos que trazem consigo seus conhecimentos, possuem atribuições e, com isso, são capazes de influenciar nas discussões e decisões. A atuação nestas arenas está em linearidade com os interesses que cada parte possui. A tentativa, nesta direção, é o estabelecimento do diálogo para uma possível convergência dos pontos de vista (divergentes em algumas situações) que são apresentados.

É interessante destacar que, na maioria dos casos analisados, a figura mediadora dos debates era o técnico da Emater-MG, que, ao ouvir estes agricultores, incentivava o diálogo e, a partir de seu conhecimento e domínio técnico, indicava as melhores alternativas a serem adotadas. Foi possível constatar, também, a grande influência dos técnicos da Emater-MG nas decisões cotidianas dos agricultores familiares. Em alguns casos – situações típicas e simples de resolução – a decisão somente era tomada após comunicada e respondida pelo técnico.

### ***Participação e Controle Social***

Compreendidas as características destes espaços, as discussões que os permeiam e as pessoas que neles interagem, pretende-se, neste tópico, analisar a participação e controle social ante o poder local.

Para tanto, adotou-se as principais funções dos Conselhos Gestores como os elementos norteadores para a discussão indicadas em Brasil (2009) e reforçadas na pesquisa empírica de Kleba et al. (2010). A primeira delas é a *função fiscalizadora*. Observou-se que os conselheiros estavam preocupados com esta função desempenhada pelo CMDRS. A preocupação advinha do sentimento de afastamento de determinadas atribuições do Conselho.

Em uma discussão sobre a distribuição de equipamentos como caminhões-pipa, caminhão trucado e tratores, os conselheiros questionavam a fiscalização do uso de tal maquinário: “(...) já tivemos várias cobranças e relatórios se realmente elas [as máquinas] estão atendendo a zona rural. O responsável da secretaria falou ‘está tudo fotografado, com relatório’. Mas nós aqui [conselheiros] não estamos sabendo. Então o CMDRS está fazendo o quê?” (C<sub>1</sub>).

Nota-se que os conselheiros questionavam se de fato as máquinas destinadas ao atendimento dos agricultores estavam cumprindo sua função. Identifica-se, todavia, a presença de uma divergência, isto é, para o responsável do poder público local esta determinação está sendo cumprida, mas para o conselheiro não. Identifica-se, portanto, um possível enfraquecimento da capacidade fiscalizadora do Conselho.

A *função mobilizadora* esteve presente durante as observações das reuniões. Um caso específico e ilustrativo refere-se a um convênio firmado entre a prefeitura e os agricultores familiares, e a finalidade desta parceria foi o subsídio das atividades agrícolas. As discussões giraram em torno dos constantes atrasos indicados pelos agricultores familiares.

Para participar deste debate, em especial, estava presente na reunião o secretário municipal responsável por esta pasta (meio ambiente e desenvolvimento rural sustentável). Dado o decorrer do diálogo, foi levantada a possibilidade de trazer os conselheiros para o escopo do planejamento dos convênios, o que pode ser identificado na fala transcrita: “(...) vamos fazer um planejamento? Quem sabe a gente consegue fazer um planejamento melhor do que a gente executou? (...) Vamos fazer uma reunião especial (...) pra gente tratar como é que seriam esses convênios (...)” (RM<sub>1</sub>).

Pode-se verificar, com isso, que há a tentativa de estimular a participação dos agricultores na gestão pública municipal, em particular na elaboração de estratégias sobre as ações públicas locais. Outra situação diz respeito à mobilização de um grupo de lideranças para dialogar diretamente

com o prefeito. Após levantadas as situações problemáticas, essa solicitação emergiu em razão da conclusão tirada pelos conselheiros que consideraram a presença do líder municipal omissa para com as demandas da agricultura familiar.

Nós somos o órgão máximo de representação dos produtores rurais, tá certo? Eu acho que nós não estamos tendo muito acesso ao prefeito (...) Trazer o prefeito aqui pra descarregar um monte de problemas não é o ideal. Agora, esses problemas específicos que a gente têm, que são seríssimos [...] é interessante agendar, fazer um grupo menor de liderança e agendar uma reunião com o prefeito [...] (C<sub>2</sub>).

A formação desse grupo menor para debater diretamente com o prefeito foi uma decisão apoiada pelo presidente do CMDRS, que considerou a atitude “[...] mais coesa (...) e esse grupo vai representando um grupo maior e que vai representar toda a comunidade agropecuária” (P<sub>1</sub>).

Quanto à *função deliberativa* não foi possível perceber nenhum evento em que os conselheiros, por exemplo, fossem convidados a deliberar sobre aplicação de recursos de programas de âmbito municipal, estadual ou federal, ou decidirem sobre elaboração de pesquisas, diagnósticos e projetos que estivessem direcionados ao desenvolvimento rural sustentável das comunidades, segundo as suas potencialidades.

Isso implica dizer, então, que esta função não está presente no Conselho analisado. Pelo contrário, quando explanada a situação da fiscalização de máquinas (caminhões e tratores) foi possível observar que esta discussão antecede uma deliberação realizada pelo CMDRS. No momento em que os conselheiros discutiam sobre a não utilização das máquinas para atendimento da agricultura familiar, eles comentaram que os equipamentos são advindos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e que a liberação do recurso para aquisição de tais máquinas passou pela decisão do CMDRS, por isso o motivo de indignação pelo possível desvio do uso dos equipamentos para atender a outras demandas.

A *função consultiva* foi a que esteve mais presente durante a realização das reuniões. O presidente do Conselho concedia a palavra a cada conselheiro que a solicitava. Este, por sua vez, explanava sua opinião ou reivindicação, sendo aberta aos demais participantes a apresentação de comentários e sugestões.

Observou-se que estes debates tinham o objetivo de fomentar as discussões sobre a agricultura familiar da região de modo a proporcionar o aumento da capacidade produtiva, geração de renda e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida das famílias, tendo em vista a melhor organização do segmento e defesa de seus interesses.

As pautas, neste sentido, foram bem-diversificadas. Por se tratar do desenvolvimento rural, uma gama de aspectos são necessários para que tal finalidade se concretize. Com isso, pôde-se notar que os temas de maior frequência nas falas analisadas foram ao encontro da conservação de estradas rurais, manutenção e reforma de pontes, relação entre produtores e cooperativas, produtores e empresas, e a manutenção de padrões clientelistas na relação entre o poder público local e a sociedade. No Quadro 6 sintetizam-se os principais temas reivindicados e a transcrição das demandas e as respectivas respostas dadas a estas reivindicações.

Quadro 6 – Principais temas reivindicados e suas transcrições

TEMA	TRANSCRIÇÃO	
	DEMANDA	RESPOSTA À DEMANDA
Produção de Leite	“(…) já fiquei 15 dias voltando com o leite porque não passava. Chegava lá [no laticínio], fazia o teste e não passava (…) Temos que ver como ajudar a gente, porque nós estamos trabalhando demais e correndo sério risco (…)” (C <sub>3</sub> )	“(…) leite é o seguinte: é qualidade e quantidade (…) a questão aqui é desinfecção (…) o primeiro passo é estabelecer critérios para limpeza e abastecimento do tanque (…) tendo em mente que a responsabilidade do leite que chega no caminhão é nossa [dos agricultores familiares] (…)” (P <sub>1</sub> ).
Telefonia celular	“(…) sobre a telefonia celular, você [presidente do Conselho] tem conhecimento de alguma coisa?” (C <sub>4</sub> )	“Isso aí é um programa estadual, vai vir através do Comunica Minas II (…) o projeto foi instaurado (…) está nesse processo de distribuição entre operadoras [de telefonia móvel] (…)” (P <sub>1</sub> ).



<p>Infraestrutura rural</p>	<p>“Aqui na comunidade a respeito do cascalho que a prefeitura ficou de colocar pra gente e que até então já foi até autorizado, só que até hoje eles não colocaram lá [na localidade]” (C<sub>5</sub>).</p> <p>“A ponte lá [...] não tem como conduzir nós com aquela van, ela não ia passar lá mais, a ponte trincou” (AF<sub>1</sub>). (...)</p> <p>“Então, nós estamos numa guerra pra consertar essa ponte (...)” (AF<sub>2</sub>).</p> <p>“O caminhão deslocou daqui e não fez nem 3% do serviço que era pra ser feito na estrada (...)” (C<sub>6</sub>).</p> <p>“(…) lá não tem como a gente transitar, o mato caiu pra dentro da estrada (...)” (C<sub>7</sub>).</p>	<p>“(…) então, uma sugestão que eu tô dando é que isso fique registrado na ata (...) e que essas atas sejam encaminhadas para minha Secretaria para que diante do teor delas a gente tome medidas para que nas próximas reuniões eu já traga respostas” (RM<sub>1</sub>).</p> <p>“(…) Mas assim, uma coisa é hoje (...) o governo tem crédito mas não tem perna para dar sustento através do emprego, em todas as esferas à nível de município (...) por exemplo o município não tem perna para dar suporte como deveria dar para todo o povo assim como deveria dar pros agricultores” (G<sub>1</sub>).</p>
<p>Relações Clientelistas</p>	<p>“Mas tem coisa que a gente vê acontecendo lá na frente que é um absurdo, tá? Estradas que não passam carro uma vez na vida, que é pra fazenda de fulano e ciclano, está batida e está arumada (...)” (C<sub>8</sub>)</p>	<p>“(…) se a gente tiver cópia desses negócios [atas das reuniões], ia ser importante, porque isso aqui, por exemplo, já foi registrado em ata, já pediram, etc., sabe? (...) estou à disposição, estou com vocês. Inclusive, faço coro, porque eu sei que a situação estava muito difícil (...)” (RM<sub>1</sub>).</p>

Fonte: Resultados da pesquisa.

Pode-se notar, ao analisar tais trechos, que há o incentivo à participação social nos processos afetos à área rural. Este incentivo figura-se, em consonância aos achados de Colin (2002), como um elemento fundamental na busca de desenvolvimento rural sustentável, na equidade e na efetivação da democracia.

### **Interpretações Gerais**

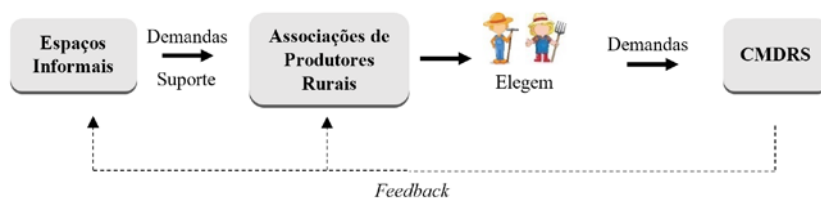
É interessante destacar que o estudo procurou envolver desde os espaços mais formalizados (Conselhos e Associações) munidos por suas funções consultivas e/ou deliberativas, até os mais informais, destinados ao debate sobre execução de políticas e programas públicos e discussões sobre a realidade dos agricultores familiares.

Assim, ao analisar a constituição destes espaços, seus representantes – que são dotados de atribuições e influências – e ações promovidas nestas arenas de discussão, constatou-se o forte associativismo dos agricultores familiares. Este fenômeno é uma marca das regiões Norte e Jequitinhonha, e este fato proporciona maior participação das lideranças locais nestes espaços de diálogo.

Foi possível identificar, também, que esses espaços estão organizados como uma estratégia de coordenação para buscar benefícios e apoio de entidades locais que têm a possibilidade de oferecer suporte às associações formalizadas. Nesse ponto, portanto, pode-se notar as indicações de Valla et al. (1993) ao comentarem que a participação popular configura-se em múltiplas ações de diferentes forças sociais que desenvolvem na tentativa de influenciar a formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas e/ou serviços básicos no contexto social que os envolve.

Assim, observou-se que a participação popular não era apenas simbólica. Embora houvesse situações (e acredita-se que haverá tantas outras) nas quais a força e o poder político não estavam a favor dos agricultores familiares, pode-se indicar que estes espaços têm se aproximado do viés democrático-participativo evidenciado nos estudos de Colin (2002), Lüchman (2002) e Tátagiba (2002). Dessa maneira, pôde-se perceber uma direção do diálogo, conforme ilustrado na Figura 2.

Figura 2 – Processo de diálogo nos diferentes espaços de debate



Fonte: Elaborada pelos autores.

Compreendeu-se que os espaços informais fomentam as discussões, apontam as demandas e dão suporte à constituição das associações de produtores rurais. Nas associações são eleitas as lideranças rurais que representam esses interesses em uma arena mais formalizada, que é o CMDRS. Ao exercer o papel de cidadão-participativo, essa liderança volta a sua comunidade trazendo o retorno sobre o que foi discutido (*feedback*) no Conselho. Assim, uma característica comum dos espaços de diálogo é servir como fórum de debates das questões relativas ao meio rural das Regiões Norte e Jequitinhonha.

## Considerações Finais

Este artigo buscou investigar se os espaços de diálogo, envolvidos nas discussões tratadas pela agricultura familiar das regiões Norte e Jequitinhonha do Estado de Minas Gerais, são canais promotores de efetiva participação e controle social ante as esferas locais de poder.

Ao reunir o conjunto de informações, pôde-se identificar que os espaços analisados são importantes arenas de discussão, capazes sim, de promover a participação e o controle social nas regiões-alvo do estudo. Constatou-se, todavia, que algumas funções importantes para atingir sua efetivação, como a deliberação, estão sendo questionadas pelos integrantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, sem estes, entretanto, continuarem passivos a tal situação. Verificou-se, também, a ausência do diálogo com as principais lideranças da esfera local de poder (principalmente com o prefeito), o que diminui a possibilidade da efetivação das ações promovidas pelo Conselho. Isto indica a necessidade de convergir os interesses dos gestores locais, lideranças, agricultores e técnicos da assistência técnica e extensão rural em prol do desenvolvimento sustentável da região estudada.

As considerações desta pesquisa apontam para a identificação do respeito às diferenças. Mesmo que houvesse a defesa de interesses distintos, primava-se pelo diálogo e pela tentativa de convergência, mesmo que isso não fosse alcançado.

O intercâmbio de ideias, aspecto marcante dos espaços, foi a principal fonte de aprendizado e de inclusão. Desde os espaços informais, perpassando pela formalização em torno das associações, os agricultores familiares encontram nestes ambientes a possibilidade de expor seus pontos de vista, compartilhar experiências, sanar dúvidas e ouvir o que os conselheiros têm a dizer. Neste sentido, são espaços que abarcam uma dinamicidade de ideias e ações que muito contribuem para a participação nas arenas formalizadas.

Foi notória a possibilidade destes espaços em proporcionar a aproximação entre o poder local, o setor privado e o agricultor familiar das mesorregiões investigadas. Deve-se compreender, entretanto, que a participação e o controle social são ferramentas da democracia participativa em fase de construção na sociedade brasileira. Assim, torna-se imprescindível acompanhar estes fenômenos sociais e entender sua dinâmica, que foi a proposta neste artigo, para, assim, construir, cada vez mais com base nas experiências, o entendimento acadêmico (e crítico) acerca desta temática.

## Referências

- AVRITZER, L.; PEREIRA, M. de L. Democracia, participação e instituições híbridas. *Teoria e Sociedade*, número especial, 16-41, 2005.
- AVRITZER, L. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, 443– 464. 2007.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BARROS, E. O Controle social e o processo de descentralização dos serviços de saúde. In: *Incentivo à Participação Popular e Controle Social no SUS: textos técnicos para conselheiros de saúde*. Brasília: IEC, 1998. 69p.
- BOBBIO, L. *Dilemmi della democrazia partecipativa*. 2006. Disponível em: <[http://valdera2020.it/files/Bobbio\\_07.pdf](http://valdera2020.it/files/Bobbio_07.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2015.
- BOBBIO, N. *Dicionário de política*. 13. ed. Brasília: UnB, 2008.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Como criar e administrar associações de produtores rurais*: manual de orientação. 6. ed. Brasília: Mapa; ACS, 2009.

\_\_\_\_\_. Controladoria geral da União. *Controle social*: orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social. 2. ed. Brasília, 2010. (Coleção olho vivo).

BUAINAIN, A. M. *Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável*: questões para debate. Brasília: IICA. 2006. (Desenvolvimento rural sustentável, v. 5).

COLIN, D. R. A. A diversidade de espaços públicos num cenário democrático. *Revista de Sociologia e Política*, (18), 169-175, 2002. COSTA, D. R. *Democracia deliberativa*: potencialidades e limitações. Brasília: Instituto de Ciência Política (Ipol); Universidade de Brasília, 2009.

COSTA, D. S. M.; RUAS, K. F.; PEREIRA, A. M. As potencialidades da região semiárida do Norte de Minas Gerais: análise do centro de estudos de convivência com o semiárido. ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, RS, 2010.

CHASSOT, J. P. et al. A participação social na gestão de políticas públicas no município de Ijuí RS: uma análise da experiência local. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 8., 2014, Cachoeira. *Anais...* Cachoeira, Bahia, 2014.

DAGNINO, E. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FONSECA, F.; BEUTTENMULLER, G. Democracia, informação e controle social: reflexões conceituais e o papel dos observatórios locais. In: FONSECA, F.; GUEDES, A. M. (Org.). *Controle social da administração pública*. São Paulo: Unesp (Cultura Acadêmica). p. 1-296. 2007. V. 1.

FRANÇA, C. G. DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. A. *O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília: MDA. 2009.

FRANCO, R. G. *Um novo contrato social? Sociedade civil, participação e a experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica: Rio de Janeiro. 2007.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2008.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n. 2, 57-63. 1995.

\_\_\_\_\_. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; BARBOSA DA SILVA, A. (Org.), *Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos*. São Paulo: Saraiva. 2006.

HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova*, n. 36, p. 39-53, 1995.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 118, 189-205. 2003.

KAGEYAMA, A. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. 2008.

KLEBA, M. E., et al. O papel dos conselhos gestores de políticas públicas: um debate a partir das práticas em Conselhos Municipais de Chapecó (SC). *Ciência Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, 793-802. 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas. 2003.

LÜCHMANN, L. H. H. *Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre*. Tese de Doutorado em Ciência Política: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 2002.

MINAS GERAIS. *Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais*. Governo do Estado de Minas Gerais e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais. 2014.

OSTROM, E. *Governing the commons. The evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.

\_\_\_\_\_. Institutional Rational Choice: An Assessment of the Institutional Analysis and Development Framework. In: SABATIER, P. (org.). *Theories of policy process*. Westview Press. 2007.

PAES de PAULA, A. P. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. *Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n. 1, 36-49. 2005.

SILVA, A. A. P., REIS, A. O.; FERREIRAS, M. A. M. *Participação Popular no Planejamento Público: a Construção de Mecanismos de Participação Social pela Assembleia Legislativa no Estado de Minas Gerais*. Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, Cachoeira: Bahia. 2014.

SILVA, A. O. Organizações participativas e a deliberação da política pública de saúde: um estudo comparativo de Conselhos de Saúde em Porto Alegre (Brasil) e Montevideu (Uruguai). SEMINÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO (SEMEAD), 8., 2007, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2007.

SILVA, M. *Brasil – 1964 – 1968 – A Ditadura já era Ditadura*. Editora: São Paulo: LCTE. 2006.

TATAGIBA, L. Os Conselhos Gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (org.) *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

VALLA, V. V.; CARVALHO, M.; ASSIS, M. *Participação Popular e os Serviços de Saúde: o Controle Social como Exercício da Cidadania*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz. 1993.

WARNER, J. Multi-stakeholder platforms: integrating society in water resource management? *Ambiente e Sociedade*, v. 8, n.2, 2-19. 2005.

WILDEMEERSCH, D. Social Learning revisited: Lessons learned from North and South. In: WALSH, A. E. J., (org.), *Social learning towards a sustainable world*. Netherlands: Wageningen Academic Publishers. 2009.

WILDHAGEN, R. O.; NASCIMENTO, D. C. *Conflitos e contradições da governança ambiental no Brasil: os desafios do cenário brasileiro no rompimento da lógica de mercado frente à participação popular nos conselhos municipais*. Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, Cachoeira: Bahia. 2014.

Recebido em: 8/1/2015

Accito em: 11/8/2015